

José Reis

Prof. Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Investigador do Centro de Estudos Sociais

Uma epistemologia do território*

Resumo: O território precisa de ser interpretado – e não apenas considerado como uma variável de descrição das diferenças na repartição económica. A interrogação mais forte acerca do território é a que procura compreender a genealogia dos processos socioeconómicos: por que razão se geram ali, e não noutra sítio, dinâmicas ou défices? Isto implica uma epistemologia do território e pressupõe que se atribua à *proximidade* – e aos comportamentos relacionais e às práticas cognitivas que ela desencadeia – uma natureza ontológica, e não apenas uma utilidade descritiva. Ao contrário do que é mais comum, não se pensa que basta compatibilizar territorializações e mobilidade para entender as estruturas espaciais contemporâneas. É necessário pressupor que estamos perante tensões estruturais. Por isso se rejeita a visão organicista que vê os territórios com derivações, sub-produtos, de ordem iminentes e se entende que se deve olhar para as sociedades de hoje como estruturalmente polimórficas. A análise das ordens relacionais representadas nos territórios é também um bom caminho para contrapor às visões em que o poder é reificado, a noção mais útil de morfologia do poder.

1. Introdução: “o conceito de espaço é fundamental em qualquer ramo do conhecimento”¹

O desenvolvimento de perspectivas territorialistas na economia, da segunda metade do século XX para cá, resulta de um *pressuposto* – a importância da variável espaço no conhecimento –, de um *objectivo* – a busca de equidade socioeconómica – e de uma *ambição interpretativa* – a avaliação do papel dos territórios na formação das estruturas e das dinâmicas sociais contemporâneas.

É sabido que as ciências sociais começaram por ignorar o território, não lhe dando lugar entre as variáveis necessárias à compreensão das realidades socioeconómicas: na economia, por exemplo, na “análise das teorias do equilíbrio

* Texto para um livro de homenagem ao Prof. Doutor A. Simões Lopes, editado pelo ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

¹ A. Simões Lopes (2002).

geral (...), o elemento espacial foi completamente negligenciado” (Lopes, 1987: 2). Foi a partir deste *pressuposto* (explícito ou implícito) e da tentativa de superação desta falha que se formaram os inúmeros programas de investigação que podemos designar como territorialistas: “a determinante espacial do desenvolvimento económico é simplesmente tão fundamental como o tempo”; “de há muito se reconhece a existência de diversidade ‘espacial’ na forma como se manifestam os fenómenos sociais” (*ibid.: idem*).

Muitos desses programas juntaram uma *dimensão moral e ética* à delimitação que tinham feito do seu campo de trabalho, acrescentando-lhe um propósito de equidade, o qual se alcançaria através da ultrapassagem das assimetrias e das desigualdades sociais evidenciadas pelo simples uso, na análise, de uma variável espacial: “os benefícios do desenvolvimento económico-social devem ser para os indivíduos – todos os indivíduos” (*ibid.: 4*). Este era o caminho para a *política*: “há actividades que importa localizar mais racionalmente”; “há uma organização espacial que como objectivo deve ser atingida” (*ibid.: idem*).

Não tardou, porém, que uma *ambição interpretativa* marcasse também os estudos territorialistas: interessava aos especialistas saber qual era ‘a razão de ser’ do que acontecia em cada território. Tanto podia ser a *mobilidade* dos factores de produção (as pessoas, os bens e os capitais deslocam-se no espaço) quanto a *genealogia* dos processos, visto que estes ocorrem em lugares, quer dizer, originam-se e desenvolvem-se em circunstância concretas, identificáveis e diferenciadas.

Uma coisa e outra obriga a interpelar o território: por que razão é que ele atrai ou repele; por que razão se geram ali, e não noutra sítio, dinâmicas ou défices? A interrogação sobre a genealogia é mais forte e exige uma resposta mais profunda do que a interrogação sobre a mobilidade. A razão consiste nisto: a esta última basta considerar o território como suporte de localizações, local de recepção, enquanto a primeira atribui ao território – ele próprio – um papel activo, uma acção interveniente nos processos que se pretendem analisar. Esta última preocupação situa-nos já num campo radicalmente novo. Exige uma epistemologia do território.

Não há interpelação sobre o território desligada de uma interpelação sobre a forma como funcionam, de um ponto de vista socioeconómico, os sistemas e as

dinâmicas colectivas. É verdade – aceite-se isso – que pode haver leituras e visões sobre os processos sociais que prescindam de reflectir sobre o território (dirão os territorialistas que é uma opção empobrecedora). Mas o inverso não é verdadeiro. Com efeito, a radicalidade de que falava acima tem a ver com o facto de a interpretação territorialista ser, em si mesma, uma leitura sobre a natureza das estruturas e das dinâmicas da sociedade e da economia, um entendimento sobre o modo como se alcança a *coordenação dos processos colectivos*, sobre o papel desempenhado pelos actores neles intervenientes (a sua acção volitiva e as possibilidades de ela se exercer efectivamente) e sobre as relações (hierárquicas ou não) entre actores e processos de diferentes escalas espaciais.

Esta questão, pertinente em qualquer fase do desenvolvimento socioeconómico, tornou-se especialmente relevante quando uma metáfora territorial invadiu o discurso corrente, sem contribuir muito para o tornar mais inteligente e mais inteligível: refiro-me à metáfora da *globalização*. Esta assenta em duas ideias básicas: nas escalas territoriais relevantes para entender o funcionamento socioeconómico, as relações entre espaços e actores são radicalmente *hierárquicas* e previsíveis; tais relações implicam uma lógica de *derivação* do nível inferior pelo superior. O local é a outra face do global – o primeiro interessa enquanto canal de reprodução do segundo. Por estas razões, os âmbitos e as possibilidades de expressão própria dos lugares (geográficos, sociais...) hierarquicamente inferiores são essencialmente a submissão, a resistência ou a exclusão, incluindo a exclusão alternativa. Se quisermos tomar as expressões de Albert Hirschman, são *exit* ou *loyalty*, mas não *voice*. A globalização é totalizante: compreende o conjunto das interações. A posição que aqui defendo atribui aos territórios – que não são, evidentemente, paisagens: são actores, interações, poderes, capacidade e iniciativas – condição própria e lugar específico nas ordens (e na desordens) sociais.

Em termos gerais, a radicalidade da questão que quero apontar está no seguinte problema: os indivíduos, enquanto sujeitos de racionalidade e acção, e os espaços em que eles se situam, enquanto lugares relevantes de vida colectiva, são funcionalmente determinados pelas necessidades e pelas práticas de ‘entidades’ que os transcendem e se situam num plano diferente daquela em que se exerce a acção individual (por exemplo, as determinantes do capitalismo, do mercado ou da

globalização, como se tornou agora mais comum dizer)? Ou, pelo contrário, há outros mecanismos de coordenação que dotam os actores sociais de vocabulários, lógicas, poderes e utensílios práticos com os quais prosseguem objectivos e concretizam propósitos? O lugar do território encontra-se numa resposta que inclua a segunda opção. A epistemologia do território consiste na discussão dos fundamentos de cada um destes lados do problema e na construção de uma interpretação capaz de acolher um conceito de território que responda – de uma maneira ou de outra – às perguntas sobre o seu papel e lugar nas dinâmicas sociais.

2. Uma questão básica: mobilidades vs. territorializações

O problema principal, a questão básica, aquela que permite que nos aproximemos de uma epistemologia do território, é a tensão entre o que chamo ‘mobilidades’² e ‘territorializações’³ e o seu papel na estruturação das sociedades e das economias de hoje (Reis, 2001)⁴. Para quem dedica atenção às espacialidades do

² A mobilidade é uma característica dos factores produtivos e dos actores que não estão presos a condições territoriais concretas. As suas “localizações óptimas” não são influenciadas pelo espaço mas por parâmetros de quantidade.

³ Chamo territorializações aos processos socioeconómicos localizados, assentes em dinâmicas e em actores cuja acção é possibilitada por interacções de proximidade, às quais estão também associados os respectivos desenvolvimentos, mesmo quando se passam a integrar em contextos mais vastos. As cidades e os sistemas urbanos, os distritos industriais, os sistemas nacionais e regionais de inovação e as regiões são exemplos de territorializações. Territorializações não são formas de fechamento autárquico de processos endógenos; são valorizações em diversos contextos espaciais de recursos, capacidades e acções ligados ao território. O espaço (expresso por exemplo pela proximidade de factores, actores e condições) integra as suas decisões de localização.

⁴ Este é o primeiro dos quatro pilares em que baseio (Reis, 1998, 2001) uma alternativa institucionalista para a análise das dinâmicas e das formas de organização das economias contemporâneas. O segundo pilar é o do reconhecimento dos *limites da racionalidade e da organização*. Sabemos que as mobilidades e os “redesenhos” do mundo têm sempre por trás a ideia de que há super-actores sociais, clarividentes e plenamente informados, que agem com grande intencionalidade e total racionalidade. Contudo, a hipótese da absoluta racionalidade e intencionalidade das acções humanas tem sido sempre confrontada com limites, restrições morais, dependências relacionais e capacidades apenas parciais de processamento de informação.

Por isso mesmo – terceiro pilar – a *incerteza* e a *contingência* têm um lugar nos processos inovatórios muito maior e mais central do que o que lhes é dado pelos modelos racionalistas, visto que estes reconhecem apenas as práticas rotinizadas dominantes. É na medida em que se valorize este pilar que se recuperam as dimensões morais e humanas da vida. E é este pressuposto que nos permite entender que, nos processos de desenvolvimento e de inovação, as trajetórias inesperadas são coisa certa.

O último pilar é o que acolhe a diversidade dos processos socioeconómicos e entende as instituições como a expressão da complexidade. É com as instituições que se reduz a incerteza e se contextualizam as práticas. As instituições são a espessura do território.

Vale a pena sublinhar que o texto de Cumbers *et al.* (2003), com que vou dialogar mais adiante, parte de uma discussão crítica do institucionalismo.

desenvolvimento, esta proposta, num primeiro passo, não contém em si mesma nenhuma novidade. É facilmente aceite que os dois lados da formulação são elementos presentes no funcionamento dos territórios. Mas pode já não ser assim quando se interpreta a lógica da relação entre ambos os termos e, sobretudo, o que daí resulta. São, justamente, os resultados dinâmicos desta relação, aquilo que ela cristaliza sob a forma de estruturas e de processos sociais estáveis, que define o ‘modo de ver’ a estruturação das economias contemporâneas. O problema é, então, simples: ou as territorialidades são meras formas de reprodução das mobilidades e das capacidades de dominação dos factores móveis ou existe entre ambas uma *tensão* que se obriga a equacionar o que confere força e poder a ambos os lados. Esta última possibilidade tem que interpretar o território de um ponto de vista que inclua o poder que ele incorpora, as inter-relações e os actores que o formam, as iniciativas que ele gera e as transformações a que ele obriga.

O significado das mobilidades para a edificação das sociedades modernas é imenso e indiscutível: mobilidade associada à própria identificação do território terrestre (os descobrimentos da chamada primeira globalização, no século XVI, a conquista da ‘fronteira’ americana, na consolidação do ‘novo mundo’, para só dar dois exemplos), mobilidade das tecnologias (a difusão da revolução industrial, a partir da Inglaterra do século XVII), mobilidade dos capitais e das pessoas (na colonização e nas primeiras internacionalizações), mobilidade das empresas (na internacionalização da produção e na posterior organização multinacional do ciclo produtivo), mobilidade financeira e da informação e da comunicação (na actual fase de ‘globalização’). É também inegável que os processos de mobilidade têm conhecido acelerações espectaculares, que os transformam qualitativamente, justificando que se fale, hoje em dia, de ‘hiper-mobilidades’ (Damette, 1980; Hudson, 2004). O lugar destes fenómenos está, portanto, estabelecido e suficientemente interpretado. As sociedades modernas, as sociedades industriais e as sociedades de serviços, de comunicação e de consumo multiforme dos nossos dias assentam em mobilidades fáceis e crescentes – em nomadismos –, em comportamentos relacionais que resultam de processos em que a tendência para a anulação da distância é muito forte.

Da mesma maneira, admite-se sem dificuldade que a vida tem “os pés assentes na terra”, que os processos seculares não ocorrem na estratosfera. As nações, a urbanização, a localização de recursos, a instalação de empresas, os factores de identidade simbólica têm um lugar, fixam-se no espaço. Porém, é mais fácil – e bastante frequente – chegar-se a uma noção “puntiforme” (cf. Lopes, 2002: 35) da relação dos actores com o mundo terreno, em vez de a uma visão territorial, com o que ele implica de conhecimento das interacções, da genealogia e da evolução, da incerteza e do inesperado.

Sucede que a perspectiva territorialista tem na sua génese e na sua natureza o pressuposto de que a arbitragem entre mobilidades (ou fluxos) e territorializações não é uma simples procura de um equilíbrio formal entre as duas fontes de influência. Se assim fosse, tornava-se legítimo perguntar qual era a sua utilidade e a sua razão de ser. Tratar-se-ia seguramente de um exercício de bom-senso, mas seria um exercício relativamente anódino e apenas formalmente relevante. Seria um resultado de soma nula. Não representaria um acréscimo epistemológico. Tratar-se-ia de pouco mais do que de uma delimitação de terreno, pois serviria sobretudo para definir o campo de trabalho de um grupo de especialistas, que assim estabeleceria e defenderia a sua ‘profissão’. Adicionalmente, inscrevia-se mais um termo – território – no cardápio dos recursos discursivos e instrumentais das ciências sociais.

Ora, ao contrário, as propostas territorialistas justificam-se na medida em que se acrescenta um utensílio cognitivo novo e relevante para a explicação e a compreensão dos processos colectivos contemporâneos. Não basta que se ache que o território é relevante enquanto lugar matricial do ‘processo da vida’ e da capacidade cognitiva, relacional e proactiva dos actores sociais. É necessário que essa pertinência, uma vez demonstrada, interfira na própria produção de conhecimentos: tenha uma dimensão epistemológica. E, se assim for, a estrutura conceptual que se utiliza altera-se substancialmente. Neste sentido, o território deve passar de utensílio descritivo para conceito que estrutura e diferencia a perspectiva interpretativa em que se inclui – e com isso se junta a um enorme conjunto de outras discussões no campo da epistemologia e da metodologia e das ciências sociais. Isto implica que se atribua à *proximidade* – e aos comportamentos relacionais e às práticas cognitivas que ela desencadeia – um papel ontológico, e não apenas uma utilidade descritiva, um lugar

na determinação dos processos sociais de natureza idêntica (natureza idêntica não significa necessariamente o mesmo peso em todas as circunstâncias) ao de outros determinantes sociais. Implica também que se concebiam as dinâmicas socioeconómicas globais como algo que não está organicamente estabelecido, como consequência da hierarquia e da previsibilidade antes referidas. Pelo contrário, os territórios tornam-se elementos da genealogia dos processos, conferindo-lhes uma natureza incerta, contingente e inesperada⁵. O pressuposto funcionalista que antecede muitas das análises sobre a evolução dos fenómenos sociais deve recuar, em nome de uma pergunta verdadeiramente inicial sobre a sua genealogia. E, conseqüentemente, deve passar de uma visão organicista das estruturas sociais para uma noção que reconheça o seu polimorfismo.

A mudança de “registro” que esta opção implica deve ser entendida como uma outra visão das coisas, e não como uma junção de perspectivas. Estamos perante duas construções diferentes do universo conceptual com que se apreciam as dinâmicas sociais. Afinal, algo de semelhante ao que se passa com outras discussões inquietas dentro da ciência económica que, em campos diferentes, têm igualmente contribuído para uma solução deste problema. Na epistemologia da economia, por exemplo, discute-se a necessidade de juntar a *imaginação* à *razão* para compor os dispositivos que caracterizam os humanos e os municiam para a sua acção prática. Nisso, e na ideia de que os actores sociais possuem “imaginação criativa”, para a qual concorrem o conhecimento e a experiência, se baseia a “análise situacional” aplicada a situações com múltiplas possibilidades (“multiple-exit’ problem situations”), isto é, aquelas que ocorrem num mundo aberto, em que a acção mais ou menos consciente dos agentes reproduz e transforma as estruturas sociais (Neves, 2004: 922-3). O outro lado desta discussão é, evidentemente, a versão neo-clássica da ciência económica, que fez da “escolha” o seu único objecto e constituiu em ‘problema económico

⁵ Não faltam exemplos de processos socioeconómicos que evidenciam esta natureza. Apesar do baptismo, os distritos industriais marshallianos não foram a parte da obra de Marshall mais retida pela posteridade, até que o assunto irrompeu na agenda de investigação e esta erudição legitimadora foi recuperada. A “terceira Itália”, tão estudada, ou a emergência da economia japonesa na cena mundial resultam de quê? Quem as previu? Norberto Bobbio lembra, com cativante simplicidade, que todos pensavam que a reconstrução italiana do pós-guerra seria totalmente diferente e, afinal, “aconteceu uma coisa surpreendente que ainda agora temos diante dos olhos”. Isto vale também para o ciclo de crescimento dos trinta anos gloriosos, na Europa que se industrializou intensivamente a seguir à Segunda Guerra. Que relações funcionais as originaram? E as previsões não cumpridas ou os milagres anunciados?

universal” (Hodgson, 1996: 104) a decisão individual de alocação de recursos na base de funções de utilidades fixas e dadas.

Colocar o território num contexto epistemológico como este é reificação do território? Parece-me que não, pois o que está aqui em causa não é a o território enquanto conjunto físico de paisagens materiais, mas o território enquanto expressão e produto das interações que os actores protagonizam. O território, nestas circunstâncias, é proximidade, actores, interações. E é também um elemento crucial da matriz de relações que define a morfologia do poder nas sociedades contemporâneas.

Assim sendo, não me parecem satisfatórias as propostas que sugerem que uma boa apreciação dos fenómenos sociais exige um simples equilíbrio formal entre as variáveis em presença. Interpreto assim a proposta de Ray Hudson (2004), quando trata do entendimento das espacialidades que constituem as economias e as sociedades. Situando-se perante o mesmo problema que formulei acima através do que chamei “tensão entre mobilidades e territorializações”, Hudson fala de “fixities of spaces” e de “fluidities of circuits and flows”. Contra as posições que defendem que o elemento-chave para compreender as sociedades contemporâneas está num destes elementos (sendo o outro necessariamente subsidiário), a sua proposta é “towards a conceptualization in terms of the relations between circuits, flows and spaces” (Hudson 2004: 99). Uns e outros são complementares, mais do que concorrentes.

Não discuto a pertinência de uma sugestão prudente, como esta é, enquanto proposta geral. Mas duvido que ela acrescente conhecimento para uma melhor definição do território e do seu significado na estruturação de sistemas sociais sujeitos a intensos processos de transformação⁶. Admito que esta formulação resulta frequentemente do facto de um dos mais largos campos de discussão ser o que se relaciona com a ideia, aliás muito justa, de que os territórios são construções: construções sociais (em que intervêm várias escalas relacionais e em que a referida relação entre fluxos e ‘fixações’ se exprime); construções discursivas e construções materiais. Mas esta ‘construtividade’ do território – que é uma visão sobre o

⁶ Uma das metáforas que, neste plano, me parecem mais irrelevantes é a dos “dois lados da mesma moeda”, quando se trata, por exemplo, de avaliar as relações entre global e local. O caso extremo de irrelevância é a de termos popularizados como o de *glocal*.

processo – não evita, antes exige, a pergunta sobre o *output*, o resultado, que é o próprio território assim construído, quando colocado em contextos de interações mais amplas e de outra natureza (a criação de emprego, a formação de iniciativas, a governação dos sistemas urbanos, a inovação, a organização produtiva mundial). Mesmo que seja necessário – e é – que encaremos o território como algo dinâmico, não ‘fixado’ para sempre nem sequer por muito tempo, interessa saber como é que essa consequência concreta das relações construtivas vai participar em novos processos dinâmicos de que passa a fazer parte. É um elemento-chave ou é simplesmente um *left-over*, um sub-produto necessário apenas enquanto localização, lugar onde “os pés assentam na terra”?

Os processos sociais não podem ser interpretados numa incessante vertigem relacional e (re)construtiva. Eles assumem materialidades, cognições e dispositivos relacionais que têm espessura e duração: há uma *secularização* dos processos e do tempo que lhes corresponde. Eles não sofrem transformações instantâneas e permanentes.

Aliás, há muito que sabemos que o território não é apenas o espaço físico. O território para que olham os economistas, os sociólogos, os planeadores é um *território relacional*. A ideia de que, nas sociedades contemporâneas, os territórios são *matrizes* quer sublinhar esta sua permanente condição relacional: perante a ordem relacional que os forma, isto é, as interações que estruturam a sua ordem interna, e perante a ordem relacional externa, ou seja, as interações que estruturam o mundo, que não é o lado exterior dos territórios mas antes um todo de que eles mesmos fazem parte, enquanto categorias próprias.

A afirmação da natureza matricial do território exige, em primeiro lugar, a afirmação da sua relevância enquanto ordem material e socioeconómica: as cidades e os sistemas urbanos são realidades materiais e não apenas construções conceptuais; os recursos e os activos de uma região, assim como as mobilidades pendulares que mapeiam o seu sistema de emprego são identificáveis e geram economias locais diferenciadas.

Importa sublinhar que existindo, evidentemente, não-territórios (os espaços desprovidos de recursos, activos e interações, isto é, de densidades) a natureza de um território não fica na estrita dependência da matriz relacional externa em que se insere.

A resposta à pergunta “o que é um território?” exige que consideremos três dimensões das estruturas e das dinâmicas territoriais: (a) *proximidade*, (b) *densidade* e (c) *polimorfismo estrutural*.

- (a) A *proximidade* é o contexto e as relações que ela propicia: são pessoas em co-presença; são ordens relacionais; são consolidações de culturas práticas e de instituições; é conhecimento e é identidade partilhada de forma colectiva. É este conjunto de circunstâncias que desencadeia a formação de densidades.
- (b) As *densidades* exprimem-se em interações continuadas, em aprendizagens e competências (externalidades cognitivas), em “ordens constitucionais” (Sabel: 1998⁷) que coordenam a acção de actores sociais, em multiplicação ou definimento de contextos institucionais e de governação.
- (c) O *polimorfismo estrutural* assinala o facto de a tensão entre mobilidades e territorializações – isto é, o exercício matricial de que os territórios são parte – produzir diferenciações dentro de ordens mais vastas. Quer dizer, o mundo não é representável por uma organicidade sistémica em que tudo-é-explicado-por-tudo, como acontece, por exemplo com a estrita lógica centro-periferia⁸ ou pelas visões globalistas que dela são tributárias. O mundo é melhor representado pela ideia de polimorfismo, isto é, por uma visão das coisas em que há espaços estruturais de iniciativa e de autonomia cujo desenvolvimento afirma a sua relevância própria e exerce efeitos de *feed-back* sobre outros espaços. Nisto consiste a noção de que a incerteza e as trajectórias inesperadas são também parte do mundo.

É por este conjunto de razões que me parece também importante que não se associe a análise territorial apenas à captação de uma determinada escala de um

⁷ Para Charles Sabel, no entanto, uma *ordem constitucional* é uma terceira “governance structure”, que se junta aos mercados e às hierarquias. Coloco-me num ponto de vista mais amplo que não dispensa considerar também o Estado, as associações e as redes.

⁸ Uma das consequências da predominância das visões globalistas é o ressurgimento das estritas visões centro-periferia, que os debates dos anos oitenta e noventa tinham superado.

problema. A opção por uma visão territorial não é uma opção por uma escala de análise mais próxima da realidade, uma espécie de minúcia descritiva. Neste sentido, julgo que têm pouca pertinência os argumentos que procuram resolver as questões levantadas pelas visões territorialistas através da articulação de escalas de análise e da atenção a processos e actores que agem em escalas espaciais diferenciadas. A compreensão do território exige, desde o início, essa compreensão. O estudo do que constitui o território tem objectos de aplicação em escalas muito diversas, desde o nível local infra-nacional, ao regional supra-nacional. Mas não é isso que os diferencia e lhes dá um lugar próprio na produção de conhecimentos.

Argumento, pois, que há justificação de sobra para entender o território como detentor de um papel e de um significado próprios, não apenas complementares e muito menos derivados de determinações com as quais estabeleça uma relação hierárquica dependente ou sucessiva.

Das três dimensões que acabo de propor, duas – *proximidade* e *densidade* – formam a rede matricial interna dos territórios: representam a identidade, a co-presença e a capacidade dinâmica, assim como representam o conflito, a ausência, as tendências regressivas. A terceira dimensão – *polimorfismo estrutural* – representa essencialmente as relações de poder em que os territórios participam (e que podem ser positivas ou negativas, promocionais ou degradativas) e o modo com esses territórios se inscrevem no mapa estrutural do mundo (como margens ou como centros; como lugares ascendentes e transformadores da matriz global ou como lugares descendentes). Por isso mesmo, dedico a secção seguinte a esta última dimensão, no quadro de uma discussão sobre a morfologia do poder, noção que contraponho às visões formais e unilaterais de poder.

3. Território e poder(es): a *morfologia* das relações de poder e o *polimorfismo estrutural* da economia

Uma questão maior que desafia as perspectivas territorialistas é, de facto, a que consiste em saber se elas são cegas perante os contextos macro-sociais e macro-políticos que envolvem os territórios ou se, pelo contrário, interpretam com clarividência as relações que se estabelecem entre diferentes escalas espaciais. Isto é,

se a opção territorialista comporta uma estratégia de análise relacional apenas à escala de um território ou à escala de todos os territórios.

Nas discussões que hoje estão em cima da mesa sobressaem duas críticas principais às perspectivas territorialistas: o *poder* e a *política* (as relações de poder desiguais, o conflito) têm sido descartados do discurso e do quadro interpretativo que aquelas produzem, em favor da ênfase que é dada à região enquanto lugar comum, enquanto activo relacional, de todos os grupos e de todos os interesses que a constituem; do mesmo modo, mas agora numa escala que inclui o “exterior” de cada território, negligencia-se a existência de um processo de *desenvolvimento desigual* gerido por agentes de governação exteriores e com poder estabelecido, em favor da ideia de que a confiança e a acção cooperativa localizada são elementos suficientes para fundar e estruturar as evoluções locais (produtivas, de inovação, de aprendizagem).

Niel Brenner (2003: 304) é muito veemente quando interpreta a emergência da escala metropolitana e da governação metropolitana na agenda da organização territorial europeia como um processo essencialmente “crisis-induced”, derivado da transformação da espacialidade do Estado (um processo de “state rescaling”) e como “a politically mediated outcome of complex, cross-national forms of policy transfer and ideological diffusion”. Por isso mesmo, nas transformações territoriais que observamos, “regions have become major geographical arenas for a wide range of institutional changes, regulatory experiments and political struggles within contemporary capitalism”.

Apresentei noutro lugar (Reis 2004) uma leitura bastante diferente da emergência dos grandes sistemas territoriais europeus de natureza metropolitana: propus que vissemos os grandes territórios infra-europeus em que tende a assentar a governação europeia (territórios definidos por massa, conectividade, competitividade e dinâmicas: isto é, por estruturas próprias e por construções políticas ou ideológicas) como resultados da geografia (proximidade, densidade, acesso), por um lado, e de culturas institucionais de governação próprias, por outro. Estas razões não só ilustram a conhecida diferenciação europeia (fruto, ela também, da geografia e das culturas institucionais) como exemplificam a natureza complexa (não linear) da fixação das configurações político-institucionais.

Pode dizer-se que, no essencial, a contraposição crítica ao territorialismo e as lacunas que lhe são apontadas assentam em três argumentos:

- (a) Um argumento sobre *a agenda de investigação*: a busca de demonstração para a ideia de que territórios e regiões são participantes activos, e não arenas passivas, do desenvolvimento económico leva a que se limite o campo de trabalho aos casos mais significativos e dinâmicos e que, além disso, se “reifique” a região e o espaço, pois estas entidades ficam, desta forma, desligadas de contextos mais vastos, tornando assim os seus resultados facilmente refutáveis.
- (b) Um argumento sobre *o poder e as assimetrias*: a ênfase no papel dos contextos, das interações e das instituições incrustadas (*embedded*) localmente leva à negligência do poder e da política, por um lado, e dos efeitos dos processos de desenvolvimento desigual, por outro, tudo isto num plano em que o próprio potencial de tensões inter-regionais, sendo grande, é também negligenciado pelos estudos territorialistas.
- (c) Um argumento sobre *as possibilidades e a racionalidade* da acção: visto que, para os territorialistas, a acção e a iniciativa são moldadas decisivamente pelo enquadramento institucional que o território proporciona (e que inclui as decisões passadas, gerando-se assim a *path-dependency*), eles tendem a ignorar as orientações racionais que o contexto mais vasto impõe e a inevitabilidade de as trajectórias seguidas serem as da convergência com os grande equilíbrios macro-económicos e macro-sociais, e não as que o território proporcionaria (os territorialistas ignoram a tendência pesada da convergência entre sistemas socioeconómicos⁹).

Não vou discutir se estas críticas são, genericamente, justas perante os trabalhos escrutinados e as perspectivas até aqui consolidadas¹⁰. O que, essencialmente, me parece

⁹ Esta discussão, muito viva nos dias de hoje, tem em Berger e Dore, eds (1996) e em Hall e Soskice (2003) contribuições que não permitem encerrá-la nos termos da crítica ao territorialismo, pois os limites e as contra-tendências à ideia de convergência são abundantes.

¹⁰ A minha ideia é que não, pois estas críticas, mais do que uma novidade trazida por novas matérias de estudo ou novos problemas em aberto, são ecos permanentes do debate epistemológico dentro das

é que uma observação contemporânea das economias e dos processos colectivos e os problemas que estão em aberto revelam mais o défice destas críticas do que a sua valia enquanto instrumentos analíticos para o futuro. Ao contrário, parece-me que as perspectivas territorialistas são mais *práticas* no plano operacional – pois identificam situações, em vez de apenas as deduzirem –, mais *rigorosas* na informação em que se baseiam e que originam – pois detalham processos complexos, em vez de relações abstractas – e mais *úteis* no plano prospectivo – pois atribuem-se a formulação de políticas, relacionando-as com actores concretos e realidades definidas. A discussão em causa exige, contudo, que nos detenhamos na crítica principal à omissão das questões do poder por parte dos territorialistas.

O ponto de vista em que aqui me coloco é o seguinte:

- (a) as perspectivas territorialistas devem ser participantes activos na discussão sobre o *poder* e o desenvolvimento desigual numa escala global;
- (b) a noção de poder dos territorialistas deve valorizar a *morfologia do poder*, e não uma noção abstracta e reificada de poder;
- (c) a estruturação hierárquica e desigual dos contextos macro-económicos não deve impedir a observação da formação e do desenvolvimento de trajectórias inesperadas, visto que uma característica do mundo, tão incontornável como a sua natureza desigual e hierárquica, é o seu *polimorfismo*.

O primeiro ponto baseia-se, desde logo, na necessidade de repor o debate no lugar certo: seria injusto para o “territorialismo originário” deixar esbater a ideia de que foram as assimetrias, as desigualdades e o desenvolvimento desigual que formaram a matriz genética da ciência regional e a construção da ideia de desenvolvimento regional¹¹.

Indo mais adiante, a noção de *reprodução* é essencial para entender o debate. Segundo esta visão das coisas, o problema consiste em saber de que forma “social

ciências sociais, designadamente daquele que opõe desde há muito as visões institucionalistas às de natureza estruturalista ou racionalista.

¹¹ A obra de A. Simões Lopes, o autor que aqui homenageamos, é o melhor sinal disto mesmo. Para evidenciar esta ideia aponte na Introdução as três dimensões da formação das perspectivas territorialistas.

relations, operating across different geographical scales, interact in the reproduction of the political and economic landscape through time”. Neste sentido, as “regional institutions” são “key institutional *channels* through which wider regulatory practices ‘are interpreted and ultimately delivered (Clumbers *et al.*, 2003: 335, sublinhado meu).

Para quem pensa do modo que acaba de se ilustrar, um programa de investigação necessário (e, porventura, suficiente) seria o que se concentrasse nas conexões entre os “wider regulatory mechanisms and specific social and political interests within regions” (*ibid.*: *idem*). Os territorialistas seriam, assim, simples especialistas da *micro* e *meso* reprodução do *macroglobal* no território. Aliás, a esta luz, a materialidade do território – e, portanto, o seu significado ontológico – não faria sentido, pois ela é amplamente superada por um outro processo, o da “produção social das escalas”. As regiões não são elas próprias, mas antes “open spaces”, instrumentos necessários das visões liberais que vêm nelas entidades úteis para a promoção da inovação e da aprendizagem na economia global, que é quem as molda e lhes define as possibilidades. Esta ideia de que há relações que precedem e anulam a materialidade territorial, sendo esta última caracterizada por um elevado grau de volatilidade, no quadro de “espaços abertos” deixa de lado qualquer possibilidade de entendermos a morfologia, não só do poder, mas também das próprias realidades socioeconómicas.

A noção de *reprodução* e a visão de certos fenómenos e entidades como *canais* são consequências coerentes com o realismo crítico (cf. Sayer, 1992), que é a posição filosófica em que as perspectivas que tenho estado a referir se apoiam.

The crux of the realist position is the ontological claim that there is an independent reality, made up of social objects and structures, although, crucially, our knowledge and understanding of this is always partial and provisional, being channeled through discourse and representation. (Clumbers *et al.*, 2003: 334)

Neste quadro, os territórios não seriam parte daquela “realidade independente”, estariam fora dela e, por isso, seriam essencialmente representações sociais, construções discursivas. Quer dizer, a influência do realismo crítico é superada por uma agenda que atribui dignidade ontológica a entidades como o poder, o Estado, a racionalidade dos agentes dotados de mobilidade, mas não aos territórios.

Para os fins da discussão proposta neste texto, a questão central a que as perspectivas territorialistas têm de responder é a que tem a ver com a relação entre o que define um território – interações de proximidade, contextos de co-presença – e as suas relações heterónimas. É aí que a questão do poder e das relações desiguais essencialmente se coloca. Como tenho vindo a defender, não basta postular estas duas dimensões nem basta colocá-las lado a lado. O desafio é deduzir as resultantes das suas inter-relações¹².

O meu argumento é o seguinte: para falar de poder interessa falar da *morfologia* do poder. A noção de que o poder é uma relação linear, assimétrica, unilateral e exteriormente estabelecida parece-me pobre. Para além de pobre, parece-me demissionista: esta noção de poder dispensa-se de conhecer a morfologia do poder, postula-o apenas. Dispensa-se também de conhecer as estruturas materiais, bastando-lhe concentrar-se numa “realidade independente” definida de forma muito limitada e relegando para os discursos e para a esfera da “reprodução” o resto da realidade.

Ora, o poder inscreve-se em processos, estruturas, códigos, linguagens, objectos, relações. A inserção em relações de poder submete alguns, na medida em que os actores são desiguais, mas a fracção de poder de que estes disponham também os capacita, especialmente quando o seu uso permite criar outras redes relacionais e optar por elas. Para tal, é importante admitir que as relações em que os actores participam não são todas iguais e não se situam nas mesmas escalas. Tão-pouco são estáticas. São dinâmicas, com sentidos verticais ascendentes, descendentes ou laterais. Por isso, podem mudar de patamar e de lógica relacional. Um poder inferior de um actor perante um dado contexto que o submete pode ser convertido num poder equilibrado noutros contextos relacionais.

Um território (não sendo um dado, não sendo estático nem sendo garantidamente homogéneo) é, sem dúvida, um lugar em que se inscrevem relações de poder. Mas é, antes de tudo o mais, um lugar que define a morfologia das relações de poder em presença. As quais, não sendo lineares nem heteronimamente

¹² G. Benko e B. Pecqueur (2001: 39), quando se referem às proximidades geográficas e organizacionais e à aprendizagem colectiva, dizem: “não se trata de postular o local (...) mas de deduzi-lo”.

estabelecidas, têm que ser definidas e mapeadas para cada território e cada processo relevantes. É aqui que se abrem três outras questões:

- (a) a do *mapa relacional*, cada aspecto da co-presença territorial é necessariamente um elemento – que exprime assimetrias de diferentes graus e direcções – das relações de poder estabelecidas em escalas diversas (contrariando-se assim a ideia de relação de poder como relação hierárquica linear);
- (b) a da *distribuição* desse poder, o que implica tirar ilações da noção de “multi-level governance”, a qual não faz sentido sem que se pressuponham forças e capacidades distribuídas entre vários actores e escalas, obviamente de forma desigual;
- (c) a da *construção e uso* de novos contextos relacionais por parte de actores com posições adquiridas em anteriores processos (o que supõe, evidentemente, que as “possibilidades” de acção não estejam estritamente delimitadas de forma hierárquica).

Estas três questões, tomadas em conjunto, significam a rejeição dos postulados da *convergência* (só há “one single best way”), da *hierarquia funcional utilitária* (os lugares só existem numa hierarquia porque são úteis ao seu vértice) e do entendimento de que os sistemas colectivos se “fecham” apenas através de um único *princípio de racionalidade e regulação*. Inversamente, afirmam que a macroregulação comporta universos e possibilidades de diversa índole, incluindo os que assentam no inesperado. A outro propósito Charles Sabel (2004: 4) escreveu sobre “disruptive technology” para indicar que esta é “a superior alternative to the currently dominant know how, whose potential escapes the most masterful producers and users of the dominant method precisely because their experience teaches how to improve on what they already know”; “disruptive technologies therefore begin to realize their potential in secondary or peripheral markets”.

É neste contexto que *território e economias de proximidade*, por um lado, e *poder e relações assimétricas*, por outro, não são questões disjuntivas (o território é um objecto que deve ser interpretado enquanto lugar de relações de poder). Mas, da mesma forma e com o mesmo valor, importa sublinhar que a análise territorial não é

compatível com uma noção simplificada de poder. A condição para que se alcance uma perspectiva que assuma estes objectivos é, igualmente, devolver à economia a noção de que as estruturas materiais têm, tal como o poder, uma morfologia e que, além disso, é o polimorfismo que as caracteriza. Quer dizer, a ideia de que a materialidade se dilui em espaços abertos, moldados a seu belo prazer por relações construtivistas abstractas não deixa “lugar para os lugares”, para os territórios, para os processos relacionais que não sejam linearmente reprodutivos daquelas relações heterónimas. O problema não está, no entanto, nesta “falta de agenda” territorialista. O problema está no facto de o mundo assim concebido ser destituído de forma e de diversidade. Ora, o polimorfismo do mundo está inscrito em interações, aprendizagens, instituições, culturas práticas, poderes que configuram territórios nos quais se mapeiam relações, distribuem poderes e constróem incessantemente possibilidades e contextos. Sem que esses territórios desapareçam. Apenas se transformam.

4. Conclusão

Este texto exprime a vontade de intervir num debate permanente sobre o que valem as territorializações dos processos e dos fenómenos sociais e sobre o que valem os próprios territórios. Têm eles uma valia própria e, por isso, são elementos radicais (no mais puro sentido literal) do conhecimento das dinâmicas sociais e das formas de estruturação das sociedades? A esta pergunta respondi sim e procurei defender três ideias principais: que a relação entre mobilidades e territorializações é muito mais do que uma justaposição de factores que influenciam as dinâmicas económicas – é uma *tensão* de que resultam processos constituintes das transformações globais dos sistemas; que a ideia de *reprodução* de determinantes sócio-políticas não serve para configurar uma noção de território, porque este não é uma simples expressão da produção de escalas (do re-escalamento) do Estado, do mercado, do capitalismo ou da globalização; que, para entendermos o poder, o desenvolvimento (mesmo quando ele é desigual, como geralmente é) e a estruturação político-económica, devemos contrapor às visões lineares do poder a ideia de morfologia do poder e ao desenvolvimento funcionalista a noção de polimorfismo das sociedades contemporâneas.

Esta agenda resulta do meu desencontro originário com as visões globalistas e com o velho funcionalismo. Continuo a achar que, mais do que uma noção analítica útil, ‘globalização’ é, sobretudo, uma “metáfora da perplexidade” (Reis, 2001), perante a nossa dificuldade de lidarmos com a complexidade do mundo, um mundo que, aliás, é bastante maior que o universo da globalização. Por isso, contra-proponho uma alternativa institucionalista, de que deixei aqui os elementos essenciais, encarados do ponto de vista do território. Com a convicção de que (ao inverso das críticas que aqui illustrei) o que os territorialistas têm a acrescentar ao institucionalismo é a capacidade de mapearem a morfologia do poder e da transformação.

É, aliás, por isso que me parecem necessárias atitudes teóricas e epistemológicas que enfatizem a interpretação das *ordens relacionais* – as que assentam na materialidade dos territórios e as que assentam na morfologia das relações de poder – em desfavor das simples *posições normativas*.

Referências bibliográficas

- Benko, Georges e Bernard Pecqueur (2001), “Os recursos do território e os territórios dos recursos”, *Geosul*, 16(32), 31-50.
- Berger, Suzanne e Dore, Ronald (orgs.) (1996), *National Diversity and Global Capitalism*. Ithaca e Londres: Cornell University Press.
- Cumbers, Andrew, Danny MacKinnon e Robert McMaster (2003), “Institutions, Power and Space: Assessing the Limits to Institutionalism in Economic Geography”, *European Urban and Regional Studies*, 10(4), 325-342.
- Damette, Félix (1980), “The Regional Framework of Monopoly Exploitation”, in John Carney, Ray Hudson e Jim Lewis (orgs.), *Regions in Crisis: New perspectives in European Regional Theory*. Londres: Croom Helm, 76-92.
- Hall, Peter A. e David Soskice (2003), “An Introduction to Varieties of Capitalism”, in Peter A. Hall e David Soskice (orgs.), *Varieties of Capitalism: The institutional foundations of comparative advantage*. Oxford: Oxford University Press, 1-68.
- Hodgson, Geoffrey (1996), “Towards a Worthwhile Economics”, in Steven Medema e Warren Samuels (orgs.), *Foundations of Research in Economics: How do economists do economics*. Cheltenham e Brookfield: Edward Elgar, 103-121.
- Hudson, Ray (2004), “Thinking through the Geographies of the New Europe in the New Millennium”, *European Urban and Regional Studies*, 11(2), 99-102.
- Lopes, A. Simões (1987), *Desenvolvimento Regional – Problemática, Teoria, Modelos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (3ª edição).
- Lopes, A. Simões (2002), “O espaço económico”, in José Silva Costa (org.), *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: APDR, 35-59.
- Neves, Vítor (2004), “Situational Analysis Beyond ‘Single-exit’ Modelling”, *Cambridge Journal of Economics*, 28, 921-936.
- Reis, José (1998), “O institucionalismo económico: Crónica sobre os saberes da economia”, *Notas Económicas – Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 11, 130-149.
- Reis, José (2001), “A Globalização como metáfora da perplexidade: Os processos geo-económicos e o ‘simples’ funcionamento dos sistemas complexos” in Boaventura

de Sousa Santos (org), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Edições Afrontamento, 109-134.

Reis, José (2004), “Governança e Territórios na Europa: hipóteses sobre um sub-federalismo europeu”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro (org.), *Ideias de Europa: Que fronteiras?*. Coimbra: Quarteto Editora, 13-27.

Sabel, Charles (1998), “Constitutional Orders: Trust Building and Response to Change”, in J. Rogers Hollingsworth e Robert Boyer (orgs.), *Contemporary Capitalism: The Embeddeness of Institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 154-188.

Sabel, Charles (2004), “Districts on the Move: Notes on the Tedis Survey of the Internationalization of District Firms”. Em: <http://www2.law.columbia.edu/sabel/>.

Sayer, Andrew (1992), *Method in Social Science*. Londres e Nova Iorque: Routledge.